

Elaine Mary Rossi de Oliveira

DEVERES DAS PARTES NA COOPERAÇÃO PROCESSUAL

O Advogado e a
Litigância de Má-Fé

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Lista e Abreviaturas e Siglas	XI
Prefácio	XV
Introdução	1
1 Cenário da Judicialização	5
1.1 Medidas adotadas para maior efetividade na prestação jurisdicional – Acesso qualitativo e quantitativo	12
1.2 Abusos do direito de litigar – Um dos motivos do elevado número de demandas	17
1.2.1 Análise da pesquisa sobre demandas e morosidade da justiça civil	21
1.2.2 Necessidade de contenção do abuso do direito de litigar na justiça do trabalho	25
2 Abuso do Direito – Registros Históricos	33
2.1 Teorias sobre abuso do direito e natureza jurídica	43
2.2 Litigância de má-fé – Natureza jurídica e evolução legal.....	49
2.3 Sujeitos ativos e destinatários das penalidades	56
2.4 Estudo comparativo dos institutos nos ordenamentos português e brasileiro.....	62
2.5 Condenação nas sanções em razão do abuso do direito e litigância de má-fé.....	71
2.5.1 Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva.....	75
3 Princípio da Cooperação.....	79
3.1 Origens do princípio da cooperação processual	84
3.2 Cooperação processual no direito brasileiro	95
3.3 Posições doutrinárias sobre o enquadramento normativo da cooperação processual	98
3.4 Aplicação da cooperação nos processos trabalhistas	120

4 Dados Extraídos de Decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Envolvendo Condenações por Litigância de Má-fé	127
5 Deveres da Cooperação	135
5.1 Normas que asseguram o cumprimento dos deveres da cooperação.....	139
5.2 Diálogo das fontes e a penalização do advogado por litigância de má-fé nas demandas trabalhistas	144
5.3 Proposições para fomento do cumprimento dos deveres da cooperação processual.....	156
5.3.1 Quanto aos juízes trabalhistas.....	156
5.3.2 Quanto às partes	157
5.3.3 Quanto aos advogados.....	158
5.3.4 Na legislação	158
6 Considerações Finais	161
Referências	165
Posfácio	177